



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DECISÃO DOS RECURSOS

A **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** torna pública a **DECISÃO E FUNDAMENTAÇÃO DOS RECURSOS IMPETRADOS EM FACE DO GABARITO PRELIMINAR DA PCIP CHS 2019**, nos conformes que seguem:

I – DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infra relacionados concorrentes nos conformes especificados em epígrafe, que insurgem contra a publicação do Gabarito Preliminar.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

NOME
ADMILSON BAPTISTA
ADRIANA PARAIZO LYRA
ALLAN OLIVEIRA DA VITÓRIA
ALLAN XAVIER DE SOUZA
ANA CAROLINA MARCHESI
ANDERSON OLIVEIRA DA SILVA
ANDERSON RIBEIRO SACRAMENTO
ANGELO TEIXEIRA DE SIQUEIRA
ANTÔNIO ATILA CARVALHO RAMOS
ANTONIO KLEBER DE MORAIS
AUSTRELHO MATEDES DE OLIVEIRA
BRUNAH PLASTER NATALI
BRUNO SOUZA ROGIN
CARLOS DE LECONDAT SILVA PEREIRA
CIRLA BUSATO
CRISTIANO FERREIRA
CRISTIANO NASCIMENTO DOS SANTOS
DAIVES DOS REIS MADEIRA
DANIELA DE SOUZA MARTINEZ
DANILO MARTINS VIANA
DANILO PESCA
DIOGO COSTA NUNES
DOMENICA ANDRADE DE MATOS

EDER TOLEDO COSTA MOREIRA
EDUARDO GONÇALVES BIAZI
ELIZABETH APARECIDA FALQUETO BIS
FABRICIO COUTINHO BREDI
FABRICIO DE ANDRADE PITANGUI
GABRIEL DA VITORIA PRATA
GERLY AYRES DA FRAGA
GESSI BERNARDO DE OLIVEIRA
HADASSA PIMENTEL ZAMIAN CONCEICAO
HUDSON SOUZA FELISBERTO
JACQUELINE QUEIROZ ALMEIDA RIANI
JEIR JORGE BASTOS FILHO
JOMARKESC RODRIGUES PEREIRA
JONATHAN FERNANDES BARBOSA
JOQUEBEDE DO PRADO CORRÊA SOARES
JULIANO ZORZANELLI MORAES
KEILA BATISTA DE AZEVEDO DO CARMO
KEZIA WOTKOSKI ELER
LAREZA INTRA DE OLIVEIRA
LORAYNE FREIRE MÔNICO BERTOLO
LUCAS SUBTIL DE FARIA MONECHE
LUCIANO JAKSON DE PAULA
LUDMILLA MENEZES DE ASSIS
LUIZ CARLOS SOARES JUNIOR
MARCELO DA ROZA MOREIRA
MARCIO DIAS DE SOUZA
MARCIO LUIZ MAJESK
MARCIO PIMENTEL
MARIO JUNIOR SILVA ROSA
MARLON FIRME MAURICIO
MICHEL DE SOUZA COUTINHO
MOAB SANTOS SILVEIRA
MONICA JOSE MORELATO
NAYLSON G. ADRIANO AGUSTINHO VELOSO
PABLO COSTA PACHECO
PAULO HENRIQUE WANGUESTEL LEMOS
PEDRO HENRICH MARTINS LOZER
PETRE PEREIRA LOYOLA
ROBERTO JUNIOR DE ARAUJO
RODOLFO VIEIRA COUTO
RODRIGO JOSE BARCELOS
RONALDO BATISTA DA SILVA
SABRINA VIEIRA LITTIG
SHEISON MOREIRA SANTOS
SUELLEN RANYELLI CORREIA CORONA
TATHIANA WERNERSBACH NASCIMENTO
THIAGO BRUNO TORRES DA SILVA
THIAGO RAMOS JORDÃO
THIAGO SOUZA DOS SANTOS

TIAGO AUGUSTO PETERS LANGE
WAGNER CARDOSO FERRAZ
WALACE BATISTA DOS SANTOS
WALTER KROK
WANDERSON BALBINO NOSSA
WESLEY CORNELIO DIAS
WILLIAN MARQUES MELLO
YURI FALCAO OLIVEIRA
PERÍODO DE RECURSOS – GABARITO PRELIMINAR
ANDRESSA DA SILVA ESMAEL BARBIERI
BRUNA TATAGIBA SAVERGNINI
CARLOS AUGUSTO BELLOTI PENHA
DANIELA DE DEUS COSTA
JULIANO PEREIRA DOS SANTOS ABRAHÃO
RENATO PEREIRA BRITO
RICHARDE MONTEIRO DE OLIVEIRA
SULA FALCÃO BARROZO LOPES
WERISTON SILVA VARGAS

II – DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são as que seguem pormenorizadas:

QUESTÃO Nº 4 - Prova A (C); Prova B (B); Prova C (D) Z

Em primeiro lugar, a banca esclarece que entende que o erro material na troca de “mesmo” por “menos” na transcrição do texto não afeta o entendimento do texto e, tampouco, torna o período em destaque incompreensível. No período em questão, a palavra **FACTÍVEL**, no contexto utilizado, ou seja, com base no texto e suas relações semântico-textuais, assume o significado de algo que pode ser feito, algo que pode ser executado, algo possível – conforme definição do dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Assim, o termo em destaque deveria ser substituído por outro com mesmo significado.

Ao analisar as alternativas temos:

- A. compreensível – algo que se pode compreender; portanto, a substituição de “factível” por compreensível ocasionaria numa mudança radical de sentido.
- B. inteligível – algo que se compreende bem; portanto, a substituição de “factível” por compreensível ocasionaria numa mudança radical de sentido.
- C. exequível – algo que se pode executar, algo possível de ser feito; portanto, com o mesmo significado de factível.
- D. impraticável – algo que não se pode praticar; a substituição de “factível” por impraticável ocasionaria numa mudança radical de sentido
- E. tangível – algo que pode ser tocado, que pode ser apalpado; diz-se do que ou de quem possui uma existência física; que é concreto ou real; portanto, a substituição de “factível” por tangível ocasionaria numa mudança de sentido.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO Nº 6 - Prova A (E); Prova B (D); Prova C (A)

“Na linguagem popular, a expressão “como bula de **remédio**” já se tornou **sinônima** de texto **difícil** de ler.”

Ao analisarmos as palavras em destaque no excerto temos, respectivamente, as seguintes regras de acentuação:

Remédio = palavra acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo crescente

Sinônima = palavra acentuada por ser uma proparoxítona

Difícil = palavra acentuada por ser paroxítona terminada em “l”.

Logo, para atender ao solicitado no enunciado, as três palavras da alternativa precisariam necessariamente atender, na mesma ordem, a estas mesmas regras (paroxítona terminada em ditongo crescente, proparoxítona, paroxítona terminada em “l”).

Ao analisarmos as alternativas, temos:

- A. afrodisíaco (proparoxítona) / álbuns (paroxítona terminada “uns”) / lápis (paroxítona terminada em “is”); alternativa incorreta, pois as palavras não apresentam as mesmas regras de acentuação das palavras em destaque no enunciado.
- B. história (paroxítona terminada em ditongo crescente) / incrível (paroxítona terminada em “l”) / amável (paroxítona terminada em “l”); as palavras não apresentam as mesmas regras de acentuação das palavras em destaque no enunciado, portanto, alternativa incorreta.
- C. necessário (paroxítona terminada em ditongo crescente) / término (proparoxítona) / inevitáveis (paroxítona terminada em ditongo decrescente); alternativa incorreta, pois não apresenta as mesmas regras de acentuação das palavras em destaque no enunciado, frisa-se que para essa alternativa ser considerada correta, a palavra **INEVITÁVEIS** deveria estar no singular (**INEVITÁVEL** – paroxítona terminada em “l”), na forma plural, como foi apresentada, a acentuação da palavra se justifica por ser uma paroxítona terminada em ditongo decrescente e não por ser uma paroxítona terminada em “l” como solicitado no enunciado.
- D. Período (proparoxítona) / jesuíta (o “i” é a segunda vogal tônica de um hiato) / impossível (paroxítona terminada em “l”) alternativa incorreta, pois a palavra jesuíta foge ao solicitado no enunciado.
- E. Própria (paroxítona terminada em ditongo crescente) / público (proparoxítona) / nível (paroxítona terminada em “l”); alternativa correta, pois atende, respectivamente, aos critérios de acentuação das palavras remédio, sinônima e difícil.

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO Nº 7 - Prova A (B); Prova B (A); Prova C (C)

A resolução desta questão visa analisar a capacidade do candidato de relacionar as diferentes partes e elementos do texto na construção do sentido. O título “Felicidade não se compra. Nem mesmo pela internet” e o primeiro parágrafo do texto: “Sofá de dois lugares, seminovo: produtos como esse podem sair de sua casa e serem vendidos com a ajuda da internet.” Já revela ao leitor que a internet é um elemento importante na compreensão do texto e que, portanto, deve ser considerado na construção do sentido. De fato, em nenhum momento do texto o marido revela dúvida quanto à mulher conseguir vender o sofá especificamente pela internet, o que ocorre no texto é o marido duvidar da capacidade de negociação da mulher e, portanto, da sua capacidade de vender o sofá, porém ele não leva em consideração que ela poderia, assim como o fez, utilizar outros meios, no caso a internet, para vender o sofá, sem depender de sua habilidade para que a venda acontecesse.

Se voltarmos ao texto, não encontraremos em nenhuma passagem qualquer citação de que a mulher já havia realizado outras tentativas de vender o sofá, o que temos no texto é que, diante da situação em que se encontrava, *em desespero ela ameaça vender o sofá por qualquer preço*, e, portanto, não é possível afirmar, como sugere uma das alternativas, que a tempos ela tentava vender o sofá, visto que ameaçar a vender é diferente de tentar vender. Portanto, a única alternativa possível para responder à questão é a que afirma que o marido não imaginou que a esposa pudesse usar a internet para vender o sofá.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO Nº 16 - Prova A (C); Prova B (B); Prova C (D)**

Após análise dos recursos, a banca decidiu pela anulação das questões.

PARECER DA BANCA: RECURSO DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**QUESTÃO Nº 18 - Prova A (A); Prova B (E); Prova C (B)**

Ao analisarmos a regência nominal das alternativas temos:

- A. O substantivo “objeção” rege a preposição “a” (“Ele não fez objeção a minha crítica”), portanto a regência nominal está correta. Neste caso, a crase é facultativa, pois aparece antes de pronome possessivo com substantivo feminino.
- B. O substantivo “inclinação”, dependendo do contexto rege a preposição “a” (“é grande sua inclinação ao mal”), “para” (Ele tem inclinação para as coisas de espírito) ou “por” (“Ele demonstra muita inclinação pelas artes”).
- C. Dependendo do contexto, o adjetivo “inclinado” rege as preposições “a”, “para” ou “sobre”. No contexto apresentado, a preposição deve ser “a”: “Ele estava inclinado a aceitar o convite”.
- D. O adjetivo “contemporâneo”, dependendo do contexto rege a preposição “de” ou “a”. No contexto apresentado, a regência correta seria: “Ele era contemporâneo a Machado de Assis”.
- E. O adjetivo “imbuído” rege a preposição “de” (“Ele é uma pessoa imbuída de preconceitos”) ou “em” (“Sempre viveu imbuído em doutrinas e preceitos religiosos”). Por tanto, a regência correta seria: “Ele está imbuído de críticas contundentes”.

Desta forma, dentre as alternativas apresentadas, a alternativa A é a única que apresenta regência nominal correta de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 24

O policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública foram consignados por incumbência dos policiais militares por viés da Constituição Federal. Sabendo que cada uma destas duas missões ganhou desdobramentos próprios na Polícia Militar do Espírito Santo – PMES, conforme Instrução Modular, na subdivisão a título de preservação da ordem pública, consta [...]

ALEGA-SE que todas as alternativas dispostas para questão estão corretas, visto estarem contempladas no conceito de policiamento ostensivo, pilar da preservação da ordem pública. CONCLUI-SE que a questão ora em tela cuidou de abordar os desdobramentos das missões constitucionais no âmbito da Polícia Militar do Espírito Santo, sendo que, segundo a Instrução Modular referenciada, existente divisão dentre policiamento ostensivo e preservação da ordem pública, não havendo o que se falar em unicidade neste sentido.

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 26

Figura dentre as técnicas de atuação preventiva do policial militar a apresentada em [...]

ALEGA-SE que “BUSCA” é uma técnica de atuação preventiva, enquanto averiguação. ALEGA-SE que “RELACIONAMENTO” (gabarito) não é uma técnica de atuação preventiva. CONCLUI-SE que a Instrução Modular referenciada cuidou de apresentar rol de técnicas de atuação preventiva em item próprio, vide:

4. TÉCNICAS PREVENTIVAS DE POLÍCIAMENTO OSTENSIVO

- 4.1 Posicionamento e deslocamento
- 4.2 Observação
- 4.3 Relacionamento
- 4.4 Averiguações
- 4.5 Intervenções preventivas
- 4.6 Integração com o Sistema de Segurança
- 4.7 Acionamento de Serviços Públicos

Assim, certa a inclusão de “RELACIONAMENTO”, não sendo a menção à palavra “BUSCA” no tópico “AVERIGUAÇÕES” apta a lhe incluir na modalidade em sentido macro.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 29

Os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo (P.B.U.F.A.F.) foram adotados pelo Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Infratores, realizado em 1990. Quanto às orientações formalizadas aos Estados-membros vinculados ao instrumento, certo que, quanto aos aplicadores da lei, devem assegurar que [...]

ALEGA-SE que para além do gabarito divulgado, qual seja, alternativa “Tenham as qualidades morais, psicológicas e físicas adequadas”, contam com assertividade, também, as alternativas “Tenham treinamento meticuloso e profissional prévio à função” e “Contem com verificação de aptidão para o desempenho das funções vitalícia.”

CONCLUI-SE, nos termos (P.B.U.F.A.F.), que a necessidade de treinamento é oriunda do exercício da função, não lhe devendo ser exigido previamente – como requisito de admissão.

CONCLUI-SE, nos termos (P.B.U.F.A.F.), que a verificação de aptidão detém caráter periódico e não vitalício.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 32

Quanto às medidas previstas em regulamento nacional para casos de perturbação à ordem no âmbito estadual, assinale a alternativa correta [...]

ALEGA-SE que deverão ser conduzidas pelo Exército / Governo Federal.

CONCLUI-SE, em termos *ipsis litteris* do texto legal referenciado – REGULAMENTO PARA AS POLÍCIAS MILITARES E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES (R-200), que: *Perturbação da Ordem - Abrange todos os tipos de ação, inclusive as decorrentes de calamidade pública que, por sua natureza, origem, amplitude e potencial possam vir a comprometer, na esfera estadual, o exercício dos poderes constituídos, o cumprimento das leis e a manutenção da ordem pública, ameaçando a população e propriedades públicas e privadas. As medidas preventivas e repressivas neste caso, estão incluídas nas medidas de Defesa Interna e são conduzidas pelos Governos Estaduais, contando ou não com o apoio do Governo Federal.*

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 44

Segundo David H. Bayley, a natureza do trabalho policial pode ser descrita de modo variado em termos de atribuições, situações e resultados. Neste tocante, assinale a alternativa correta [...]

ALEGA-SE disposição de duas alternativas corretas, pois segundo David H. Bayley prender, relatar, advertir, prestar primeiros socorros são situações que não são atribuições policiais, porém são situações que o policial possa vir a encontrar no seu trabalho diário – SIC.

CONCLUI-SE, nos termos da obra referenciada, que: “ATRIBUIÇÕES são a descrição organizacional do que os policiais estão fazendo - PATRULHANDO, INVESTIGANDO, CONTROLANDO O TRÁFEGO, ACONSELHANDO E ADMINISTRANDO” - *ipsis litteris* página 18, não havendo, portanto, o que se falar em mais de uma alternativa correta.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 45

Ainda segundo Bayley, emergência criminal, queixa e investigação não-criminal, prevenção ao crime, cuidado com pessoas incapacitadas, briga ou disputa, trânsito e controle da multidão, compõem o rol de categorias de qual âmbito de descrição da natureza do trabalho policial

ALEGA-SE que o enunciado faz menção a AVERIGUAÇÕES.

CONCLUI-SE pela correspondência do enunciado ao rol taxativo atribuído por Bayley a SITUAÇÕES, conforme página 138 da obra referenciada, vide:

"1. emergência e criminal, 2. queixa e investigação criminal; 3. emergência não-criminal; 4. prevenção ao crime; 5. cuidado com pessoas incapacitadas ou incompetentes; 6. briga ou disputa; 7. Aconselhamento; 8. Trânsito; 9. controle da multidão; 10. investigação não-criminal".

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 47**

Quanto à carreira de Oficial da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a alternativa correta [...]

ALEGA-SE que a alternativa apresentada por gabarito "Depende da conclusão do Curso de Formação de Oficiais (CFO)" não pode ser mantida por não ser idêntica ao texto legal afim.

ALEGA-SE a disposição de duas alternativas corretas, além da apresentada como gabarito, a alternativa "Pode ser exercida, também, por policiais militares da reserva."

CONCLUI-SE que, em não havendo especificação, para resolução assertiva da questão bastava, tão somente, a apreciação genérica do texto legal, neste sentido, vide:

Lei nº 3.196 - Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Estado do Espírito

Art. 5º - A carreira policial militar é caracterizada por atividades continuada e inteiramente devotadas às finalidades precípua da Polícia Militar, denominada atividade policial militar.

§ 1º - A carreira policial militar é privativa do pessoal da ativa, inicia-se com o ingresso na Polícia Militar e obedece às diversas seqüências de graus hierárquicos.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 48**

Acerca dos requisitos gerais para ingresso na Polícia Militar do Espírito Santo, é certo que [...]

ALEGA-SE a superveniência de jurisprudências que viabilizam tatuagens, sendo fato que vários policiais militares as detêm, culminando da inconstitucionalidade de restrições.

ALEGA-SE que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) não é obrigatória, podendo ser substituída pela permissão para dirigir automóvel, para identidade com o texto legal.

CONCLUI-SE que as jurisprudências colacionadas não são absolutas em se tratando de Policiais Militares, sendo, ainda vigentes e válidas restrições nos conformes da legislação referenciada para atendimento de critérios de segurança / não identificação.

CONCLUI-SE que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) conta com as modalidades "DEFINITIVA" e "PERMISSÃO", contemplando a alternativa a relação legislativa.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 52

A competência para processar e julgar policiais militares do Estado do Espírito Santo nos crimes definidos em lei como militares cabe [...]

ALEGA-SE que o Tribunal de Justiça é órgão de segunda instância no que tange ao militar estadual, sendo a competência original de Junta Militar.

CONCLUI-SE pela conformidade do artigo 43 - *O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo é competente para processar e julgar os policiais militares nos crimes definidos em lei como militares*. LEI Nº 3.196 - Estatuto dos policiais militares da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 53**

Ao se candidatar a cargo eletivo, o policial militar que tiver menos de 05 (cinco) anos em efetivo serviço será [...]

ALEGA-SE revogação tácita do teor da alternativa indicada por gabarito, mediante Art. 14, § 8º, Inciso I da Constituição Federal de 1988, vide: § 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições: I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

CONCLUI-SE pela veracidade das alegações.

PARECER DA BANCA: RECURSO DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA**QUESTÃO 59**

A compensação pelos desgastes orgânicos consequentes das missões específicas do policial militar, e danos psicossomáticos resultantes do desempenho continuado dessas atividades dar-se-á através de [...]

ALEGA-SE que uso do termo Indenização – em alternativa indicada por gabarito, induziu o concursando ao erro, visto que indenização é um quantitativo em dinheiro devido ao policial militar tanto para Diárias, como para Ajuda de Custo, Transporte, Moradia e Compensação Orgânica – SIC.

CONCLUI-SE que para a resolução assertiva da questão bastava o enquadramento da COMPENSAÇÃO ORGÂNICA na modalidade INDENIZAÇÃO, sendo somente esta a especificada em enunciado, não há o que se cogitar quanto as demais.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 61

Quanto ao policial militar no exterior, em licença para aperfeiçoar conhecimentos técnicos ou realizar estudos por conta própria, é certo que [...]

ALEGA-SE que a omissão do trecho legal que informa que tal pagamento será realizado a PROCURADOR CAPAZ induz o candidato ao erro – SIC.

CONCLUI-SE que a informação mencionada é indiferente à resolução assertiva da questão.

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 71**

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Neste diapasão, assinale a alternativa correta [...]

ALEGA-SE que a supressão do trecho legal “COM REPRESENTAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL” retira a assertividade da alternativa indicada por gabarito.

CONCLUI-SE que a alternativa apontada por gabarito não faz menção a "qualquer" partido político, sendo certo que partidos políticos detém legitimidade para o feito, não sendo qualquer especificação apta a macular a assertividade do contexto geral, todas as demais alternativas, em contrário, não conferem com o comando do enunciado

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 72**

Quanto ao Poder Legislativo Brasileiro, assinale a alternativa correta. [...]

ALEGA-SE que o enunciado não especificou se tratar do Câmara dos Deputados ou Senado Federal, prejudicando a resolução assertiva.

CONCLUI-SE que, não há de se confundir o termo com LEGISLATURA com o termo MANDATO, assim, certo que tanto no Senado Federal, quanto na Câmara de Deputados a LEGISLATURA é de quatro anos, não sendo necessária, portanto, qualquer especificação além das mencionadas.

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 73

A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, é certo que [...]

ALEGA-SE a necessidade de anulação da questão, visto que, a eleição para Presidente e Vice Presidente é realizada no ANO DO TÉRMINO do Mandato Presidencial vigente, que é, por exemplo, de 01/01/2019 a 31/12/2022 e as eleições serão em Outubro de 2022 e o próximo Presidente iniciará o Mandato em 01/01/2023 conforme o "Art. 82 da CF atualizada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997 - O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição – SIC.

CONCLUI-SE que os argumentos das razões recursais não alteram a resolução da questão, o enunciado trata de morte, desistência ou impedimento legal de candidato em sede de segundo turno, em nada se relacionando com o marco do início do mandato.

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 76**

Quanto à aplicação da lei penal brasileira, assinale a alternativa correta [...]

ALEGA-SE a necessidade de anulação da questão, tendo em vista que, a alternativa indicada por gabarito está incompleta, pois o Código Penal, Lei 2.848, no Art 8 afirma que "A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta pelo mesmo crime, quando diversa, ou nela é computada, quando idênticas."

CONCLUI-SE que a ausência de especificação *ipsis litteris* ao texto legal não é apta a macular a assertividade do contexto geral, todas as demais alternativas, em contrário, não conferem com o comando do enunciado.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 78**

Quanto à busca e apreensão, assinale a alternativa correta. [...]

ALEGA-SE que a alternativa "É garantida a apreensão de documento posto em poder do defensor do acusado" se trata de generalidade havendo exceção conforme: §2º Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito.

CONCLUI-SE a alternativa mencionada não condiz com a indicada por gabarito, não havendo o que se falar em assertividade da mesma, em contrário.

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 79

Os crimes militares, quando em tempo de paz, em sendo dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência [...]

ALEGA-SE que o enunciado não delimitou a situação ensejando em dupla interpretação, visto o cabimento de exceções ao respeito do tema, como caso de militares das Forças Armadas.

CONCLUI-SE que o enunciado faz menção "ipsis litteris" ao parágrafo primeiro do artigo 9º do Código Penal Militar, vide: § 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

Assim, não há o que se falar em ausência de especificação para resolução assertiva da questão, tão menos em especificação atinente aos militares das Forças Armadas.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO**QUESTÃO 80**

Quanto à imputabilidade penal militar, assinale a alternativa correta. [...]

ALEGA-SE que a alternativa indicada como gabarito não foi recepcionada pela Constituição Federal e ECA, sendo errônea.

CONCLUI-SE se tratar de imputabilidade penal MILITAR, sendo que as condições do Código Penal Militar ao respeito, inclusive a do artigo 51, se relacionam com os demais diplomas vigentes nos conformes do artigo 52, vide: *Art. 52. Os menores de dezesseis anos, bem como os menores de dezoito e maiores de dezesseis inimputáveis, ficam sujeitos às medidas educativas, curativas ou disciplinares determinadas em legislação especial.*

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 85

Descaracteriza o crime de omissão de socorro em acidente de trânsito: [...]

ALEGA-SE a superveniência de jurisprudências que descaracterizam o crime quando no caso de morte instantânea, ferimentos leves, bem como socorro realizado por terceiros e afins.

CONCLUI-SE que não há o que se falar em apreciação de divergências doutrinárias e / ou jurisprudenciais, para resolução da questão bastava ao candidato, tão somente, o texto legal pleiteado em Conteúdo Programático, para a questão ora em tela o Código de Trânsito Brasileiro, vide: *Art. 304. Deixar o condutor do veículo, na ocasião do acidente, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública: Parágrafo único. Incide nas penas previstas neste artigo o condutor do veículo, ainda que a sua omissão seja suprida por terceiros ou que se trate de vítima com morte instantânea ou com ferimentos leves.*

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 87

Quanto ao programa de apadrinhamento previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, assinale a alternativa correta. [...]

ALEGA-SE a disposição de duas alternativas corretas, conforme lei referenciada.
CONCLUI-SE pela veracidade das alegações.

PARECER DA BANCA: RECURSO DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 89

Considerando o previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, quanto aos atos infracionais e seus desdobramentos, assinale a alternativa correta: [...]

ALEGA-SE a disposição de duas alternativas corretas.

CONCLUI-SE que para fins de atos infracionais e seus desdobramentos, nos conformes do Estatuto da Criança e do Adolescente, a inimputabilidade se dá aos menores de 18 (dezoito) anos, e não, tão somente aos menores de 16 (dezesseis) anos, o que elimina a assertividade da alternativa correspondente, vide: *Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.*

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 90

A expedição de Certificado de Registro de Arma de Fogo de uso permitido compete [...]

ALEGA-SE que a regra atinente à emissão de Certificado de Registro de Arma de Fogo comporta exceção, devendo a questão ser anulada, por disposição de mais que uma alternativa correta.

CONCLUI-SE que em não havendo especificação, para resolução assertiva da questão bastava, tão somente, a apreciação genérica do texto legal, neste sentido, vide:

Art. 5o O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa. § 1o O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sinarm.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 91

Quanto ao cidadão que dispara arma de fogo ou aciona munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, é certo que:

ALEGA-SE que em contrário à alternativa indicada como correta, há superveniência da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3112/2007, que lhe remove a assertividade.

CONCLUI-SE pela veracidade das alegações.

PARECER DA BANCA: RECURSO DEFERIDO – QUESTÃO ANULADA

QUESTÃO 95

Quanto ao agente que adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal, é certo que será [...]

ALEGA-SE que a situação prevista em enunciado comporta exceção, bem como divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

CONCLUI-SE que em não havendo especificação, para resolução assertiva da questão bastava, tão somente, a apreciação genérica do texto legal, neste sentido, vide:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

§ 1º O agente de qualquer das condutas previstas no art. 28 desta Lei, salvo se houver concurso com os crimes previstos nos arts. 33 a 37 desta Lei, será processado e julgado na forma dos arts. 60 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.

PARECER DA BANCA: RECURSOS INDEFERIDOS – GABARITO MANTIDO

QUESTÃO 96

“É um pequeno chip que faz todo o controle das operações que serão realizadas pelo computador. Quanto melhor, maior agilidade as tarefas serão realizadas. É composto pelo cooler, um sistema capaz de controlar a sua temperatura padrão. É formado por um conjunto de pinos (contatos) que servem para serem conectados em determinado tipo de placa-mãe.” O enunciado acima faz referência ao (à) [...]

ALEGA-SE que o cooler é um item acessório necessário ao esfriamento da CPU e não lhe compõe, retirando a assertividade da alternativa indicada por gabarito.

CONCLUI-SE que a o detalhamento da natureza do cooler em relação a CPU não interfere na resolução assertiva da questão, tão menos macula a opção indicada por gabarito, não conferindo nenhuma outra com o conceito previsto no enunciado.

PARECER DA BANCA: RECURSO INDEFERIDO – GABARITO MANTIDO

III - DO GABARITO RETIFICADO

FACE ÀS DECISÕES DOS RECURSOS INTERPOSTOS, CONSTE RETIFICADO O GABARITO PRELIMINAR PUBLICADO NO DIA 19/08/2019.

PROVA - TIPO A

LINGUA PORTUGUESA																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	B	E	C	B	E	B	C	D	E	C	A	D	E	D	X	B	A	E	A

CONHECIMENTO TÉCNICO-POLICIAL																								
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
C	D	B	E	A	B	C	B	D	E	A	D	E	A	B	A	C	E	D	B	C	D	C	B	C

LEGISLAÇÃO DA PMES																								
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
B	C	D	A	E	C	B	X	C	B	E	C	A	D	A	B	E	E	B	C	A	A	E	D	E

CONHECIMENTO JURÍDICO																								
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95
D	A	D	E	A	C	A	E	B	A	D	B	A	E	C	A	X	D	E	D	X	B	C	D	A

INFORMÁTICA BÁSICA				
96	97	98	99	100
D	C	B	E	C

(X) -----> QUESTÃO ANULADA

PROVA - TIPO B

LINGUA PORTUGUESA																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	B	A	D	A	B	C	D	B	E	C	D	C	X	A	E	D	E

CONHECIMENTO TÉCNICO-POLICIAL																								
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
B	C	A	D	E	A	B	A	C	D	E	C	D	E	A	E	B	D	C	A	B	C	B	A	B

LEGISLAÇÃO DA PMES																								
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	B	C	E	D	B	A	X	B	A	D	B	E	C	E	A	D	D	A	B	E	E	D	C	D

CONHECIMENTO JURÍDICO																								
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95
C	E	C	D	E	B	E	D	A	E	C	A	E	D	B	E	X	C	D	C	X	A	B	C	E

INFORMÁTICA BÁSICA				
96	97	98	99	100
C	B	A	D	B

(X) -----> QUESTÃO ANULADA

PROVA - TIPO C

LINGUA PORTUGUESA																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
E	C	A	D	C	A	C	D	E	A	D	B	E	A	E	X	C	B	A	B

CONHECIMENTO TÉCNICO-POLICIAL																								
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
D	E	C	A	B	C	D	C	E	A	B	E	A	B	C	B	D	A	E	C	D	E	D	C	D

LEGISLAÇÃO DA PMES																								
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
C	D	E	B	A	D	C	X	D	C	A	D	B	E	B	C	A	A	C	D	B	B	A	E	A

CONHECIMENTO JURÍDICO																								
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95
E	B	E	A	B	D	B	A	C	B	E	C	B	A	D	B	X	E	A	E	X	C	D	E	B

INFORMÁTICA BÁSICA				
96	97	98	99	100
E	D	C	A	D

(X) -----> QUESTÃO ANULADA